



SUMÁRIO

UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE

ANEXO I RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024

CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

- ANEXO II PREFEITURA MUNICIPAL - EXCETO PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
- ANEXO III SECRETARIAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
- ANEXO IV FUNDOS ESPECIAIS E RECURSOS SOB GESTÃO DE SECRETARIA
- ANEXO V CÂMARAS MUNICIPAIS
- ANEXO VI AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, EXCETO OS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS
- ANEXO VII EMPRESAS PÚBLICAS
- ANEXO VIII SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA
- ANEXO IX CONSÓRCIOS PÚBLICOS
- ANEXO X REGIMES PREVIDENCIÁRIOS PRÓPRIOS, QUER SEJAM INSTITUÍDOS SOB NATUREZA JURÍDICA DE AUTARQUIA, FUNDAÇÃO OU FUNDO ESPECIAL

MODELOS

- ANEXO XI DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)
- ANEXO XI-A CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)
- ANEXO XI-B CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RPPS)
- ANEXO XI-C CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE - COMPROMISSO ESPECIAL (RPPS) DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR
- ANEXO XII DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS EM MOEDA CORRENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
- ANEXO XIII DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)
- ANEXO XIII-A CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)
- ANEXO XIII-B CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RGPS)
- ANEXO XIV RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO
- ANEXO XV DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM EVENTOS COMEMORATIVOS DE CARNAVAL, FESTAS RELIGIOSAS, EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, SÃO JOÃO, SÃO PEDRO, MICARETA, CAVALGADA, NATAL, RÉVEILLON E OUTRAS TRADIÇÕES CULTURAIS REALIZADAS PELA PREFEITURA OU COM SUA CONTRAPARTIDA
- ANEXO XVI DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE
- ANEXO XVII REQUISITOS MÍNIMOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS
- ANEXO XVIII DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (60)
- ANEXO XIX RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - OSC
- ANEXO XX RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONTRATO DE GESTÃO PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
- ANEXO XXI DEMONSTRATIVO DOS MONTANTES RECEBIDOS E PAGOS A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO RPPS
- ANEXO XXII RELAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS
- ANEXO XXIII DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS
- ANEXO XXIV RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS

NOTAS EXPLICATIVAS

- ANEXO XXV NOTAS DOS ANEXOS

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://efc.ice.pe.gov.br/epdp/validaDoc.shtm> Código do documento: 5b518e1d574064494c917e0b4497b66826



ANEXO I RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE CUJOS RESPONSÁVEIS DEVERÃO PRESTAR CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
Assessoria Especial do Prefeito do Recife	Anexo III	Individual	Assessoria Especial do Prefeito do Recife	Assessoria Especial do Prefeito do Recife
Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife	Anexo VI	Individual	Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife	Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana do Recife
Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife	Anexo VI	Agregada	Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife	- Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - Fundo de Gestão de Trânsito e Transporte Urbano do Recife
Autarquia de Urbanização do Recife	Anexo VI	Agregada	Autarquia de Urbanização do Recife	- Autarquia de Urbanização do Recife - Fundo de Revitalização do Bairro do Recife - Fundo Municipal Preços do Recife
Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife	Anexo X	Agregada	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife	- Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife - Fundo Financeiro do Recife - Fundo Previdenciário do Recife
Câmara Municipal do Recife	Anexo V	Individual	Câmara Municipal do Recife	Câmara Municipal do Recife
Controladoria Geral do Município do Recife	Anexo III	Individual	Controladoria Geral do Município do Recife	Controladoria Geral do Município do Recife
Conviva Mercados e Feiras - Autarquia Municipal do Recife	Anexo VI	Individual	Conviva Mercados e Feiras - Autarquia Municipal do Recife	Conviva Mercados e Feiras - Autarquia Municipal do Recife
Empresa Municipal de Informática do Recife	Anexo VII	Agregada	Empresa Municipal de Informática do Recife	- Empresa Municipal de Informática do Recife - Fundo Municipal de Fomento ao Empreendedorismo - Recife Acredita
Fundação de Cultura Cidade do Recife	Anexo VI	Individual	Fundação de Cultura Cidade do Recife	Fundação de Cultura Cidade do Recife
Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento do Recife	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento do Recife



ANEXO I RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE CUJOS RESPONSÁVEIS DEVERÃO PRESTAR CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
				- Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife - Fundo de Licenciamento e Controle Urbano do Recife
Fundo de Gestão de Trânsito e Transporte Urbano do Recife	Anexo IV	Agregada	Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife	- Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - Fundo de Gestão de Trânsito e Transporte Urbano do Recife
Fundo de Incentivo à Cultura do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Cultura do Recife	- Secretaria de Cultura do Recife - Fundo de Incentivo à Cultura do Recife
Fundo de Licenciamento e Controle Urbano do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento do Recife	- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento do Recife - Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife - Fundo de Licenciamento e Controle Urbano do Recife
Fundo de Revitalização do Bairro do Recife	Anexo IV	Agregada	Autarquia de Urbanização do Recife	- Autarquia de Urbanização do Recife - Fundo de Revitalização do Bairro do Recife - Fundo Municipal Prezeis do Recife
Fundo do Trabalho do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife	- Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife - Fundo do Trabalho do Recife
Fundo Especial de Apoio à Procuradoria Geral do Município do Recife	Anexo IV	Agregada	Procuradoria Geral do Município do Recife	- Procuradoria Geral do Município do Recife - Fundo Especial de Apoio à Procuradoria Geral do Município do Recife - Fundo Municipal da Defesa do Consumidor do Recife

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: <https://eicite.ce.gov.br/epp/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento:5b5fae1d-7466-484c-a311-e04a91666a20>



ANEXO I RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE CUJOS RESPONSÁVEIS DEVERÃO PRESTAR CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
				Recursos Sob a Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife
Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Finanças do Recife	- Secretaria de Finanças do Recife - Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife - Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife
Fundo Financeiro do Recife	Anexo X	Agregada	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife	- Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife - Fundo Financeiro do Recife - Fundo Previdenciário do Recife
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Direitos Humanos e Juventude do Recife	- Secretaria de Direitos Humanos e Juventude do Recife - Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife - Fundo Municipal de Juventude do Recife
Fundo Municipal da Defesa do Consumidor do Recife	Anexo IV	Agregada	Procuradoria Geral do Município do Recife	- Procuradoria Geral do Município do Recife - Fundo Especial de Apoio à Procuradoria Geral do Município do Recife - Fundo Municipal da Defesa do Consumidor do Recife - Recursos Sob a Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife
Fundo Municipal de Assistência Social do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome do Recife	Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome do Recife

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: <https://efeece-pe.gov.br/epi/validarDoc?emCodigo=55fae1d7-466-484c-a330-8b4a91666a26>



Volar a

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://eicr.de.gov.br/validaDoc/seamc>; código do documento: 5b57f1c0-4746-484c-a391-eb4491666a26



ANEXO I RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE CUJOS RESPONSÁVEIS DEVERÃO PRESTAR CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
Fundo Municipal de Investimento em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Projetos Especiais da Prefeitura do Recife	- Secretaria de Projetos Especiais da Prefeitura do Recife - Fundo Municipal de Investimento em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife
Fundo Municipal de Juventude do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Direitos Humanos e Juventude do Recife	- Secretaria de Direitos Humanos e Juventude do Recife - Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife - Fundo Municipal de Juventude do Recife
Fundo Municipal de Política para a Mulher do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria da Mulher do Recife	- Secretaria da Mulher do Recife - Fundo Municipal de Política para a Mulher do Recife
Fundo Municipal de Saneamento do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Saneamento do Recife	- Secretaria de Saneamento do Recife - Fundo Municipal de Saneamento do Recife
Fundo Municipal de Saúde do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Saúde do Recife	- Secretaria de Saúde do Recife - Fundo Municipal de Saúde do Recife
Fundo Municipal do Meio Ambiente do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Meio Ambiente do Recife	- Secretaria de Meio Ambiente do Recife - Fundo Municipal do Meio Ambiente do Recife
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Direitos Humanos e Juventude do Recife	- Secretaria de Direitos Humanos e Juventude do Recife - Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: https://efcpe.pe.gov.br/efp/validarDocumento?secao=08&id_documento=5b2b9e1d-7466-484c-a391-e04a91666a26



ANEXO I RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE CUJOS RESPONSÁVEIS DEVERÃO PRESTAR CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
Fundo Municipal Prezeis do Recife	Anexo IV	Agregada	Autarquia de Urbanização do Recife	- Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife - Fundo Municipal de Juventude do Recife - Autarquia de Urbanização do Recife - Fundo de Revitalização do Bairro do Recife - Fundo Municipal Prezeis do Recife
Fundo Previdenciário do Recife	Anexo X	Agregada	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife	- Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores do Recife - Fundo Financeiro do Recife - Fundo Previdenciário do Recife
Gabinete de Comunicação do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete de Comunicação do Recife	Gabinete de Comunicação do Recife
Gabinete de Gerenciamento do Programa de Requalificação e Resiliência Urbana Em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental - Promorar Recife	Anexo III	Individual	Gabinete de Gerenciamento do Programa de Requalificação e Resiliência Urbana Em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental - Promorar Recife	Gabinete de Gerenciamento do Programa de Requalificação e Resiliência Urbana Em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental - Promorar Recife
Gabinete de Imprensa do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete de Imprensa do Recife	Gabinete de Imprensa do Recife
Gabinete de Inovação Urbana do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete de Inovação Urbana do Recife	Gabinete de Inovação Urbana do Recife
Gabinete de Proteção e Defesa dos Animais do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete de Proteção e Defesa dos Animais do Recife	Gabinete de Proteção e Defesa dos Animais do Recife
Gabinete do Centro do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete do Centro do Recife	Gabinete do Centro do Recife
Gabinete do Prefeito do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete do Prefeito do Recife	Gabinete do Prefeito do Recife
Gabinete do Vice-prefeito do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete do Vice-prefeito do Recife	Gabinete do Vice-prefeito do Recife
Procuradoria Geral do Município do Recife	Anexo III	Agregada	Procuradoria Geral do Município do Recife	- Procuradoria Geral do Município do Recife - Fundo Especial de Apoio à Procuradoria Geral do Município do Recife - Fundo Municipal da Defesa do Consumidor do

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: https://etec.br/pe.gov.br/pp/validar_documento?seam_codigo_documento=555fae1d-7466-484c-a331-e04a91666a26



ANEXO I RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE CUJOS RESPONSÁVEIS DEVERÃO PRESTAR CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
				Recife Recursos Sob a Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife
Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Administração do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Administração do Recife	- Secretaria de Administração do Recife - Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Administração do Recife
Recursos Sob a Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife	Anexo IV	Agregada	Procuradoria Geral do Município do Recife	- Procuradoria Geral do Município do Recife - Fundo Especial de Apoio à Procuradoria Geral do Município do Recife - Fundo Municipal da Defesa do Consumidor do Recife - Recursos Sob a Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife
Recursos sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Finanças do Recife	- Secretaria de Finanças do Recife - Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife - Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife
Secretaria da Mulher do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria da Mulher do Recife	- Secretaria da Mulher do Recife - Fundo Municipal de Política para a Mulher do Recife
Secretaria de Administração do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Administração do Recife	- Secretaria de Administração do Recife - Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Administração do Recife
Secretaria de Articulação Política e Social do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Articulação Política e Social do Recife	Secretaria de Articulação Política e Social do Recife
Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome do Recife	- Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome do Recife - Fundo Municipal de Assistência Social do Recife

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: <https://efc.recife.br/pp/validaDocumento?CodigoDocumento:5b5fae1d746648c4891e4da91666a22>



ANEXO I RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE CUJOS RESPONSÁVEIS DEVERÃO PRESTAR CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
				Fundo Municipal de Desenvolvimento Social do Recife
Secretaria de Cidadania e Cultura de Paz do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Cidadania e Cultura de Paz do Recife	Secretaria de Cidadania e Cultura de Paz do Recife
Secretaria de Cultura do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Cultura do Recife	- Secretaria de Cultura do Recife - Fundo de Incentivo à Cultura do Recife
Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Recife	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Recife
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento do Recife	- Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento do Recife - Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife - Fundo de Licenciamento e Controle Urbano do Recife
Secretaria de Direitos Humanos e Juventude do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Direitos Humanos e Juventude do Recife	- Secretaria de Direitos Humanos e Juventude do Recife - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife - Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife - Fundo Municipal de Juventude do Recife - Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife
Secretaria de Educação do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Educação do Recife	Secretaria de Educação do Recife
Secretaria de Esportes do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Esportes do Recife	Secretaria de Esportes do Recife
Secretaria de Finanças do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Finanças do Recife	- Secretaria de Finanças do Recife - Fundo Especial de Incremento à Arrecadação Tributária do Recife - Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife



ANEXO I RELAÇÃO DAS UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE CUJOS RESPONSÁVEIS DEVERÃO PRESTAR CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2024

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
Secretaria de Habitação do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Habitação do Recife	- Secretaria de Habitação do Recife - Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do Recife
Secretaria de Infraestrutura do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Infraestrutura do Recife	Secretaria de Infraestrutura do Recife
Secretaria de Ordem Pública e Segurança do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Ordem Pública e Segurança do Recife	Secretaria de Ordem Pública e Segurança do Recife
Secretaria de Meio Ambiente do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Meio Ambiente do Recife	- Secretaria de Meio Ambiente do Recife - Fundo Municipal do Meio Ambiente do Recife
Secretaria de Planejamento e Gestão do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Planejamento e Gestão do Recife	Secretaria de Planejamento e Gestão do Recife
Secretaria de Projetos Especiais da Prefeitura do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Projetos Especiais da Prefeitura do Recife	- Secretaria de Projetos Especiais da Prefeitura do Recife - Fundo Municipal de Investimento Em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife
Secretaria de Relações Institucionais do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Relações Institucionais do Recife	Secretaria de Relações Institucionais do Recife
Secretaria de Saneamento do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Saneamento do Recife	- Secretaria de Saneamento do Recife - Fundo Municipal de Saneamento do Recife
Secretaria de Saúde do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Saúde do Recife	- Secretaria de Saúde do Recife - Fundo Municipal de Saúde do Recife
Secretaria de Transformação Digital, Ciência e Tecnologia do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Transformação Digital, Ciência e Tecnologia do Recife	Secretaria de Transformação Digital, Ciência e Tecnologia do Recife
Secretaria de Turismo e Lazer do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Turismo e Lazer do Recife	Secretaria de Turismo e Lazer do Recife
Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife	- Secretaria do Trabalho e Qualificação Profissional do Recife - Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: https://etec.br.gov.br/epp/validaDoc?seam_codigo_documento=5b5fae1d-7466-484c-a391-e04a91666a26



ANEXO I RELAÇÃO DAS **UNIDADES GESTORAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE** CUJOS RESPONSÁVEIS DEVERÃO PRESTAR CONTAS DO **EXERCÍCIO DE 2024**

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
				Popular e Solidária do Recife Fundo do Trabalho do Recife

Documento: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://e-ctrc-pe.gov.br/epbv/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a91666a26

ANEXO II CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL - EXCETO PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Notas
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	1	PDF	
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	1	PDF	
3	Balanço Orçamentário do Município (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	2	PDF	
4	Balanço Orçamentário de cada Fundo Municipal (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	2	PDF	
5	Balanço Patrimonial do Município (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
6	Balanço Patrimonial de cada Fundo Municipal (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
7	Declaração informando os fundos municipais consolidados nos demonstrativos da Prefeitura.	2	PDF	
8	Balanço Financeiro do Município (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
9	Balanço Financeiro de cada Fundo Municipal (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
10	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Município, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
11	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de cada Fundo Municipal, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	1	PDF	
12	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de	2	PDF	

Documento assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://brasil.prf.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a91666a26



ANEXO II CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL - EXCETO PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Notas
	1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.			
13	Demonstração das Variações Patrimoniais de cada Fundo Municipal (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
14	Demonstração dos Fluxos de Caixa do Município (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
15	Demonstração dos Fluxos de Caixa de cada Fundo Municipal (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
16	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
17	Demonstração da Dívida Fundada de cada Fundo Municipal (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
18	Demonstração da Dívida Flutuante do Município (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	2	PDF	4
19	Demonstração da Dívida Flutuante de cada Fundo Municipal (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	2	PDF	4
20	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada do Município (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
21	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada de cada Fundo Municipal (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
22	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
23	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada de cada Fundo Municipal (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
24	Demonstração da Despesa Realizada de cada Fundo Municipal, segundo a sua natureza.	2	PDF	1

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://arquivo.pb.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26



ANEXO II CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL - EXCETO PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Verificação
25	Demonstrativo da Despesa Realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	2	PDF	1
26	Demonstrativo da Despesa Realizada por funções e programas de cada Fundo Municipal, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	2	PDF	1
27	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno da unidade jurisdicionada.	3	PDF	
28	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	3	PDF	
29	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	2	PDF	
30	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	1	PDF	
31	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade, conforme modelo estabelecido no Anexo XXII desta Resolução.	2	PDF	
32	Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos de carnaval, festas religiosas, emancipação política, São João, São Pedro, micareta, cavalgada, natal, réveillon e outras tradições culturais realizadas pela prefeitura ou com sua contrapartida, correspondente ao Anexo XV desta Resolução.	2	PDF	
33	Mapa demonstrativo consolidado dos processos de contratação instaurados no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
34	Mapa demonstrativo consolidado dos instrumentos jurídicos vigentes no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
35	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências, conforme Anexo XXIII.	1	PDF	
36	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais que estavam em vigência, no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XX desta Resolução.	1	PDF	
37	Documentos de Prestação de Contas de Organização Social – OS, de acordo com a Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005: 1. relatório pertinente à execução do contrato de gestão apresentado pela OS, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados; 2. parecer do dirigente máximo do órgão ou entidade supervisora sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe compete; 3. declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação (em caso de aprovada a prestação de contas do contrato de gestão); ou Relatório das Tomadas de Contas Especiais instauradas, em caso de não prestação de contas pela OS, conforme modelo do Anexo XXIII.	1	PDF	
38	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento e número do CPF de todos os seus membros, anexando cópias das respectivas portarias de designação/afastamento.	1	PDF	
39	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato	1	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://arquivo.pb.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-e64a9f666a26

ANEXO II CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL - EXCETO PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Notas
	para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.			
40	Relação das transferências de recursos mediante Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação firmados com organizações da sociedade civil, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), conforme o modelo do Anexo XIX.	1	PDF	
41	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante convênios que estavam em vigência, com pendências ou regularizados no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XXIV desta Resolução.	1	PDF	
42	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
43	Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
44	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	2	PDF	
45	Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	2	PDF	
46	Demonstrativo de acompanhamento das determinações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações em processos de prestação de contas e de auditorias especiais publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVI desta Resolução.	1	PDF	
47	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	2	PDF	
48	Mapa demonstrativo consolidado de obras/serviços de engenharia, extraído do sistema RemessaTCEPE, vigentes no exercício.	1	ODS	
49	Extrato de informações enviadas ao SAGRES, Módulo de Pessoal, referente ao exercício de 2024.	1	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26



ANEXO III CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver No
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	1	PDF	
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	1	PDF	
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes do Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	2	PDF	1 ;
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	1 ;
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	1 ;
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	1 ;
7	Demonstração da Dívida Flutuante de cada Fundo Municipal (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	2	PDF	4
8	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	2	PDF	
9	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas por projeto/atividade/ operação especial, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	2	PDF	1
10	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno da unidade jurisdicionada.	3	PDF	
11	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	3	PDF	
12	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	2	PDF	
13	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	1	PDF	
14	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade, conforme modelo estabelecido no Anexo XXII desta Resolução.	2	PDF	



[Voltar ao menu](#)

ANEXO III CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Notas
15	Mapa demonstrativo consolidado dos processos de contratação instaurados no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
16	Mapa demonstrativo consolidado dos instrumentos jurídicos vigentes no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
17	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências, conforme Anexo XXIII.	1	PDF	
18	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais que estavam em vigência, no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XX desta Resolução.	1	PDF	
19	Documentos de Prestação de Contas de Organização Social – OS, de acordo com a Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005: 1. relatório pertinente à execução do contrato de gestão apresentado pela OS, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados; 2. parecer do dirigente máximo do órgão ou entidade supervisora sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe compete; 3. declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação (em caso de aprovada a prestação de contas do contrato de gestão); ou Relatório das Tomadas de Contas Especiais instauradas, em caso de não prestação de contas pela OS, conforme modelo do Anexo XXIII.	1	PDF	
20	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento e número do CPF de todos os seus membros, anexando cópias das respectivas portarias de designação/afastamento.	1	PDF	
21	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	1	PDF	
22	Relação das transferências de recursos mediante Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação firmados com organizações da sociedade civil, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), conforme o modelo do Anexo XIX.	1	PDF	
23	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante convênios que estavam em vigência, com pendências ou regularizados no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XXIV desta Resolução.	1	PDF	
24	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando	2	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: <https://arquivo.pb.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26

**ANEXO III CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE**

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Notas
	individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.			
25	Demonstrativo de acompanhamento das determinações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações em processos de prestação de contas e de auditorias especiais publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVI desta Resolução.	1	PDF	
26	Mapa demonstrativo consolidado de obras/serviços de engenharia, extraído do sistema RemessaTCEPE, vigentes no exercício.	1	ODS	
27	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, contendo: a) resultados (físicos e financeiros) obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA, com os esclarecimentos necessários, conforme modelo estabelecido no Anexo XIV desta Resolução; b) ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.	1	PDF	
28	Extrato de informações enviadas ao SAGRES, Módulo de Pessoal , referente ao exercício de 2024	1	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Assinatura: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento



[Voltar ao documento](https://www.sp.gov.br/ep/validaDoc.seam)

ANEXO IV CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS FUNDOS ESPECIAIS E RECURSOS SOB GESTÃO DE SECRETARIA (SOMENTE OS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DESTA RESOLUÇÃO)

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Verificação
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	1	PDF	
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	1	PDF	
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes do Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	2	PDF	
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
7	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
8	Demonstração da Dívida Flutuante de cada Fundo Municipal (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	2	PDF	4
9	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
10	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	2	PDF	
11	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.	2	PDF	1
12	Demonstrativo da Despesa Realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos.	2	PDF	1
13	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno da unidade jurisdicionada.	3	PDF	
14	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	3	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://www.sp.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-e64a9f666a26

ANEXO IV CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS FUNDOS ESPECIAIS E RECURSOS SOB GESTÃO DE SECRETARIA (SOMENTE OS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DESTA RESOLUÇÃO)

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Verificação
15	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	2	PDF	
16	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	1	PDF	
17	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade, conforme modelo estabelecido no Anexo XXIII desta Resolução.	2	PDF	
18	Mapa demonstrativo consolidado dos processos de contratação instaurados no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
19	Mapa demonstrativo consolidado dos instrumentos jurídicos vigentes no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
20	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências, conforme Anexo XXIII.	1	PDF	
21	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
22	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	2	PDF	
23	Demonstrativo de acompanhamento das determinações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações em processos de prestação de contas e de auditorias especiais publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVI desta Resolução.	1	PDF	
24	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	2	PDF	
25	Mapa demonstrativo consolidado de obras/serviços de engenharia, extraído do sistema RemessaTCEPE, vigentes no exercício.	1	ODS	
26	Declaração do presidente do respectivo Conselho Municipal de que a prestação de contas foi analisada e/ou foi emitido parecer sobre as contas do exercício.	1	PDF	
27	Extrato de informações enviadas ao SAGRES, Módulo de Pessoal, referente ao exercício de 2024	1	PDF	

Documento assinado digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://pccce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26



ANEXO V CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver No
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	1	PDF	
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	1	PDF	
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes do Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	2	PDF	
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
8	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, de modo que cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique tenha referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	2	PDF	4
9	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
10	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	2	PDF	
11	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.	2	PDF	1
12	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno da unidade jurisdicionada.	3	PDF	
13	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	3	PDF	
14	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do	2	PDF	



[Voltar](#)

ANEXO V CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Notas
	último dia útil do exercício.			
15	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	1	PDF	
16	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade, conforme modelo estabelecido no Anexo XXII desta Resolução.	2	PDF	
17	Mapa demonstrativo consolidado dos processos de contratação instaurados no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
18	Mapa demonstrativo consolidado dos instrumentos jurídicos vigentes no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
19	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências, conforme Anexo XXIII.	1	PDF	
20	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento e número do CPF de todos os seus membros, anexando cópias das respectivas portarias de designação/afastamento.	1	PDF	
21	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	1	PDF	
22	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
23	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	2	PDF	
24	Demonstrativo de acompanhamento das determinações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações em processos de prestação de contas e de auditorias especiais publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVI desta Resolução.	1	PDF	
25	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	2	PDF	
26	Mapa demonstrativo consolidado de obras/serviços de engenharia, extraído do sistema RemessaTCEPE, vigentes no exercício.	1	ODS	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: <https://tce-pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26



ANEXO V CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Verificação
27	Demonstrativo que comprove o atendimento ao limite de gastos com pessoal estabelecido no art. 29-A, §1º da Constituição Federal de 1988	2	PDF	
28	Relatório de Gestão Fiscal referente ao último período de verificação do exercício, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.	2	PDF	
29	Aplicativo de informações municipais estruturadas do exercício da prestação de contas, devidamente alimentado, disponível em www.tce.pe.gov.br , conforme modelo e orientações constantes do próprio aplicativo.	2	XLS	
30	Extrato de informações enviadas ao SAGRES, Módulo de Pessoal , referente ao exercício de 2024	1	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: <https://tce.tce.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26



[Voltar ao menu](#)

Documento assinado digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://trf5.jus.br/proc/pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a91666a26

ANEXO VI CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, EXCETO OS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Nota
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	1	PDF	
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	1	PDF	
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes do Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	2	PDF	
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
8	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
9	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, de modo que cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique tenha referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	2	PDF	4
10	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
11	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	2	PDF	
12	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.	2	PDF	1
13	Demonstrativo da Despesa por unidade orçamentária, detalhada por função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, conforme o vínculo com a respectiva fonte de recursos.	2	PDF	



Voltar ao documento

ANEXO VI CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, EXCETO OS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Verificação
14	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno da unidade jurisdicionada.	3	PDF	
15	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	3	PDF	
16	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	2	PDF	
17	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	1	PDF	
18	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade, conforme modelo estabelecido no Anexo XXII desta Resolução.	2	PDF	
19	Mapa demonstrativo consolidado dos processos de contratação instaurados no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
20	Mapa demonstrativo consolidado dos instrumentos jurídicos vigentes no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
21	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências, conforme Anexo XXIII.	1	PDF	
22	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento e número do CPF de todos os seus membros, anexando cópias das respectivas portarias de designação/afastamento.	1	PDF	
23	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	1	PDF	
24	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
25	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	2	PDF	
26	Demonstrativo de acompanhamento das determinações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações em processos de prestação de contas e de auditorias especiais publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVI desta Resolução.	1	PDF	



ANEXO VI CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, EXCETO OS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Notas
27	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	2	PDF	
28	Mapa demonstrativo consolidado de obras/serviços de engenharia, extraído do sistema RemessaTCEPE, vigentes no exercício.	1	ODS	
29	Extrato de informações enviadas ao SAGRES, Módulo de Pessoal , referente ao exercício de 2024	1	PDF	

Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26

**ANEXO VII CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS EMPRESAS PÚBLICAS**

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Nota
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	1	PDF	
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	1	PDF	
3	Balanço Patrimonial previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2	PDF	
4	Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2	PDF	
5	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2	PDF	
6	Demonstrações dos Fluxos de Caixa previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2	PDF	
7	Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2	PDF	
8	Balancete no último dia do exercício financeiro, antes do fechamento das contas de resultado.	2	PDF	
9	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno da unidade jurisdicionada.	3	PDF	
10	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	3	PDF	
11	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	2	PDF	
12	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	1	PDF	
13	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade, conforme modelo estabelecido no Anexo XXII desta Resolução.	2	PDF	
14	Mapa demonstrativo consolidado dos processos de contratação instaurados no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
15	Mapa demonstrativo consolidado dos instrumentos jurídicos vigentes no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
16	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento e número do CPF de todos os seus membros, anexando cópias das respectivas portarias de designação/afastamento.	1	PDF	
17	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	1	PDF	
18	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	2	PDF	



ANEXO VII CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Notas
19	Demonstrativo de acompanhamento das determinações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações em processos de prestação de contas e de auditorias especiais publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVI desta Resolução.	1	PDF	
20	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	2	PDF	
21	Mapa demonstrativo consolidado de obras/serviços de engenharia, extraído do sistema RemessaTCEPE, vigentes no exercício.	1	ODS	
22	Extrato de informações enviadas ao SAGRES, Módulo de Pessoal , referente ao exercício de 2024	1	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26

**ANEXO VIII CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA**

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Nota
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	1	PDF	
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	1	PDF	
3	Balanço Patrimonial previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2	PDF	
4	Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2	PDF	
5	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2	PDF	
6	Demonstrações dos Fluxos de Caixa previstas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2	PDF	
7	Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados prevista na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	2	PDF	
8	Balancete no último dia do exercício financeiro, antes do fechamento das contas de resultado.	2	PDF	
9	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno da unidade jurisdicionada.	3	PDF	
10	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	3	PDF	
11	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	2	PDF	
12	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	1	PDF	
13	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade, conforme modelo estabelecido no Anexo XXII desta Resolução.	2	PDF	
14	Mapa demonstrativo consolidado dos processos de contratação instaurados no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
15	Mapa demonstrativo consolidado dos instrumentos jurídicos vigentes no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
16	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento e número do CPF de todos os seus membros, anexando cópias das respectivas portarias de designação/afastamento.	1	PDF	
17	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	1	PDF	
18	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	2	PDF	

ANEXO VIII CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Notas
19	Demonstrativo de acompanhamento das determinações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações em processos de prestação de contas e de auditorias especiais publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVI desta Resolução.	1	PDF	
20	Mapa demonstrativo consolidado de obras/serviços de engenharia, extraído do sistema RemessaTCEPE, vigentes no exercício.	1	ODS	
21	Declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais, citando as denominações, endereços, telefone, horário de funcionamento e respectivos dirigentes.	1	PDF	4
22	Parecer do Conselho Fiscal e, se houver, dos Auditores Independentes.	1	PDF	
23	Relação das entidades subsidiárias, coligadas e controladas direta ou indiretamente, incluindo, em cada caso, o respectivo percentual de participação no capital.	1	PDF	
24	Extrato de informações enviadas ao SAGRES, Módulo de Pessoal, referente ao exercício de 2024	1	PDF	
25	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	2	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26



ANEXO IX CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Nota
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	1	PDF	
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	1	PDF	
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes do Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício.	2	PDF	
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o “Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [P]” (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme modelos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	2	PDF	
8	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
9	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas explicativas, de modo que cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique tenha referência cruzada com a respectiva nota explicativa.	2	PDF	4
10	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964).	2	PDF	1
11	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964). (1)	2	PDF	
12	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza.	2	PDF	1
13	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno da unidade jurisdicionada.	3	PDF	
14	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	3	PDF	



[Voltar ao documento](#)

ANEXO IX CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Verificação
15	Demonstrativo da despesa por unidade orçamentária, detalhada por função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, e modalidade de aplicação, conforme o vínculo com a respectiva fonte de recursos.	2	PDF	
16	Termo de conferência de caixa, assinado por, pelo menos, três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	1	PDF	
17	Relação de todas as contas bancárias, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade, conforme modelo estabelecido no Anexo XXII desta Resolução.	2	PDF	
18	Mapa demonstrativo consolidado dos processos de contratação instaurados no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
19	Mapa demonstrativo consolidado dos instrumentos jurídicos vigentes no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
20	Relação das transferências de recursos mediante contrato de gestão para Organizações Sociais que estavam em vigência, no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XX desta Resolução.	1	PDF	
21	Documentos de Prestação de Contas de Organização Social – OS, de acordo com a Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005: 1. relatório pertinente à execução do contrato de gestão apresentado pela OS, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados; 2. parecer do dirigente máximo do órgão ou entidade supervisora sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe compete; 3. declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação (em caso de aprovada a prestação de contas do contrato de gestão); ou Relatório das Tomadas de Contas Especiais instauradas, em caso de não prestação de contas pela OS, conforme modelo do Anexo XXIII.	1	PDF	
22	Relação das Comissões de Licitações, permanente e especial, Pregoeiro e Equipe de Apoio designados para o período, contendo o nome completo, portarias de designação/afastamento e número do CPF de todos os seus membros, anexando cópias das respectivas portarias de designação/afastamento.	1	PDF	
23	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11, de 30 de outubro de 2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	1	PDF	
24	Relação dos contratos de rateio vigentes no exercício.	1	PDF	
25	Cópias dos contratos de rateio vigentes no exercício.	1	PDF	
26	Relação das transferências de recursos mediante Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação firmados com organizações da sociedade civil, que estavam em vigência no exercício da prestação de contas, contendo as seguintes informações: tipo da parceria, objeto pactuado, dados da	1	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26



ANEXO IX CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Verificação
	entidade parceira (CNPJ e Razão Social), recursos financeiros transferidos (se houver) e data da celebração da parceria (Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014), conforme o modelo do Anexo XIX.			
27	Relação das transferências de recursos efetuadas e recebidas, mediante convênios que estavam em vigência, com pendências ou regularizados no exercício da prestação de contas, conforme modelo do Anexo XXIV desta Resolução.	1	PDF	
28	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	2	PDF	
29	Demonstrativo de acompanhamento das determinações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações em processos de prestação de contas e de auditorias especiais publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVI desta Resolução.	1	PDF	
30	Extrato do Fator Acidentário de Prevenção - FAP, do exercício da prestação de contas, informando a alíquota aplicada.	2	PDF	
31	Relação dos valores recebidos, com a data do crédito, mediante contrato de rateio.	2	PDF	
32	Relação dos valores recebidos, mediante instrumento diverso do contrato de rateio, com a data do crédito e a indicação do respectivo tipo de instrumento contratual utilizado.	2	PDF	
33	Relação dos valores repassados a terceiros, mediante convênio, termo de parceria, e contrato de gestão, com a data do repasse e a indicação do respectivo tipo de instrumento de contratualização utilizado.	2	PDF	
34	Relação dos contratos de programa vigentes no exercício.	1	PDF	
35	Cópias dos contratos de programa vigentes no exercício.	1	PDF	
36	Atas das Assembleias Gerais realizadas no exercício.	1	PDF	
37	Parecer(es) do Conselho Fiscal e atas das reuniões realizadas no exercício	1	PDF	
38	Parecer do representante legal do consórcio sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem no caso dos contratos de gestão, nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução TC nº 20, de 21 de setembro de 2005.	1	PDF	
39	Declaração do representante legal do consórcio, em cada caso, de compatibilidade entre as metas propostas no contrato de gestão firmado com a OS e o que ficou pactuado nos contratos de programa.	1	PDF	
40	Mapa demonstrativo consolidado de obras/serviços de engenharia, extraído do sistema RemessaTCEPE, vigentes no exercício.	1	ODS	
41	Quadro discriminando a força de trabalho, apresentando o quantitativo de servidores conforme a natureza do seu vínculo com o consórcio, se, CLT, estatutário, comissionado, à disposição do consórcio, contratado temporariamente, terceirizado, estagiário, ou outra modalidade de vínculo existente.	1	PDF	
42	Extrato de informações enviadas ao SAGRES, Módulo de Pessoal, referente ao exercício de 2024	1	PDF	
43	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências, conforme Anexo XXIII.	2	PDF	
44	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	1	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Assinatura: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26



[Voltar ao documento](https://brasil.gov.br/pe.gov.br/pepp/validaDoc.seam)

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://brasil.gov.br/pe.gov.br/pepp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26

ANEXO X CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS PRÓPRIOS, QUER SEJAM INSTITUÍDOS SOB NATUREZA JURÍDICA DE AUTARQUIA, FUNDAÇÃO OU FUNDO ESPECIAL

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Ver Nota
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	1	PDF	
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	1	PDF	
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
4	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), evidenciando ao lado das contas contábeis o "Indicador do Superávit Financeiro - Atributos Financeiro [F] e Permanente [PJ]" (atributo legal da conta contábil), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
5	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), acompanhado das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, explicitando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas, sendo as vinculadas detalhadas, no mínimo, com as fontes de educação, saúde, RPPS e outras, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
6	Demonstração das Variações Patrimoniais do Município (Anexo 15 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme requisitos constantes no Anexo XVII, no que couber), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente para o exercício, evidenciando, também, o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
8	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	1
9	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), será apresentada no modelo sintético correspondente ao Anexo XVIII desta Resolução, devidamente preenchido, acompanhada de quadros complementares com um nível maior de detalhamento, se for o caso, com notas	2	PDF	4



ANEXO X CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS PRÓPRIOS, QUER SEJAM INSTITUÍDOS SOB NATUREZA JURÍDICA DE AUTARQUIA, FUNDAÇÃO OU FUNDO ESPECIAL

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Verificação
	explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique terá referência cruzada com a respectiva nota explicativa, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.			
10	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), apresentando individualmente os comparativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	1
11	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno da unidade jurisdicionada.	3	PDF	
12	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	1
13	Livro Razão Analítico Contábil do regime próprio referente ao exercício da prestação de contas.	1	CSV	
14	Demonstração da Despesa Realizada, segundo a sua natureza, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	1
15	Relação de todas as contas bancárias e de investimentos, com os respectivos saldos, registradas ou não na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade, conforme modelo estabelecido no Anexo XXII desta Resolução.	2	PDF	
16	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício, apresentando individualmente os documentos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
17	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno do órgão e/ou sistema municipal	3	PDF	
18	Mapa demonstrativo consolidado dos processos de contratação instaurados no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
19	Mapa demonstrativo consolidado dos instrumentos jurídicos vigentes no exercício, extraído do sistema RemessaTCEPE.	1	PDF	
20	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, que deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências, conforme Anexo XXIII.	1	PDF	
21	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	2	PDF	
22	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	2	PDF	
23	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, extraído do CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.	2	PDF	
24	Demonstrativo do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício anterior. (Refere-se a todos os segurados vinculados ao RPPS no Município).	2	PDF	
25	Termos de acordo de pagamento das contribuições previdenciárias em atraso, apuradas e confessadas, celebrados e/ou cujas prestações venceram no exercício da prestação de contas, acompanhados de demonstrativo que discrimine, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado.	1	PDF	
26	Demonstrativo dos montantes recebidos e pagos a título de compensação previdenciária no exercício,	1	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
 Acesso em: <https://brasil.prf.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO CONCALVES DE LIMA, THIAGO CONCALVES DE LIMA
Documento em: <https://pse-eleicoes.pe.gov.br/epv/validaDoc?seam.Código.do.documento:5b5fae1d-7466-484c-a391-cb4a91666a2c>
Assessoria Jurídica

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO CONCALVES DE LIMA, THIAGO CONCALVES DE LIMA
Documento em: <https://pse-eleicoes.pe.gov.br/epv/validaDoc?seam.Código.do.documento:5b5fae1d-7466-484c-a391-cb4a91666a2c>
Assessoria Jurídica

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO CONCALVES DE LIMA, THIAGO CONCALVES DE LIMA
Documento em: <https://pse-eleicoes.pe.gov.br/epv/validaDoc?seam.Código.do.documento:5b5fae1d-7466-484c-a391-cb4a91666a2c>
Assessoria Jurídica



[Voltar ao documento](#)

ANEXO X CONTEÚDO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS PRÓPRIOS, QUER SEJAM INSTITUÍDOS SOB NATUREZA JURÍDICA DE AUTARQUIA, FUNDAÇÃO OU FUNDO ESPECIAL

Assinatura mínima: 1. Gestor | 2. Gestor e responsável pela Contabilidade | 3. Gestor e Controlador Interno

Item	Documentos e informações gerais a constar da prestação de contas	Assinatura	Formato	Verificação
	deles, acostando as portarias de nomeação e a ata de eleição dos presidentes dos colegiados, se for o caso.			
43	Relação dos dados pessoais (nome, CPF, telefone, e-mail, cargo e endereço completo) dos membros do comitê de investimentos, e seus respectivos presidentes, acostando as portarias de nomeação e a ata de eleição dos presidentes, se houver.	1	PDF	
44	Atas dos órgãos colegiados do regime próprio do exercício da prestação de contas, incluindo comitê de investimentos.	1	PDF	
45	Política de Investimentos (Não se trata do DPIN) e revisões posteriores executadas no exercício da prestação de contas, conforme normativo(s) da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. Este documento não se refere ao DPIN.	2	PDF	
46	Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos - DAIR, extraído do CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.	2	PDF	
47	Demonstrativo de cumprimento dos limites de alocação dos recursos em moeda corrente do RPPS, por segmento de aplicação, conforme modelo do Anexo XII desta Resolução (Portaria MTP nº 1.467/2022 e alterações posteriores).	1	PDF	
48	Extratos mensais de todas as contas correntes do RPPS referentes ao exercício da prestação de contas	1	PDF	
49	Extratos mensais das contas de investimentos e aplicações referentes ao exercício da prestação de contas.	1	PDF	
50	Relatórios gerenciais de rentabilidade das aplicações e investimentos dos meses do exercício da prestação de contas contendo, no mínimo: identificação do fundo de investimento ou forma de aplicação (títulos, poupança, entre outros); saldo no início do período; aplicações e resgates no período; saldo final; rentabilidade por tipo de aplicação; rentabilidade consolidada do período.	1	PDF	
51	Relatórios mensais de riscos e de aderência à política de investimentos.	1	PDF	
52	Autorizações de aplicação e resgate (APR) referentes às movimentações das contas de investimentos e aplicações do exercício da prestação de contas.	1	PDF	
53	Certificados dos responsáveis pela gestão dos recursos do RPPS referente ao exercício da prestação de contas	1	PDF	
54	Certificados dos membros dos órgãos colegiados referentes ao exercício da prestação de contas	1	PDF	
55	Extrato de informações enviadas ao SAGRES, Módulo de Pessoal, referente ao exercício de 2024	1	PDF	

Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Assinatura em: https://brasil.gov.br/epi/validaDoc.seam Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a9f666a26



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XI DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

Alíquotas de contribuição, previstas na lei municipal nº __, de __/__/__

Servidores Ativos: __%

Inativos e Pensionistas: __%

Poder, Órgão ou Entidade (contribuição "normal"): __%

Poder, Órgão ou Entidade (contribuição adicional/compromisso especial): __%

Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsão legal): _____



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XI-A CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		RETIDA	CONTABILIZADA	RECOLHIDA		DATA DO VENCIMENTO	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maiο							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Salário							
TOTAL							

NOTAS: vide Notas 8 a 14 no ANEXO XXV.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XI-B CONTRIBUIÇÃO NORMAL DO ÓRGÃO/ENTIDADE (RPPS)

Em R\$

BASE DE CÁLCULO		CONTRIBUIÇÃO NORMAL						
COMPETÊNCIA	VALOR	DEVIDA	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE (10)	RECOLHIDA		DATA DO VENCIMENTO	DATA DO REPASSE
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro								
Fevereiro								
Março								
Abril								
Maiο								
Junho								
Julho								
Agosto								
Setembro								
Outubro								
Novembro								
Dezembro								
13º Salário								
TOTAL								

NOTAS: vide Notas 8 a 14 no ANEXO XXV.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XI-C CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE - COMPROMISSO ESPECIAL (RPPS) DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR

Em R\$

BASE DE CÁLCULO			CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL/ESPECIAL DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR					
COMPETÊNCIA		VALOR	DEVIDA	CONTABILIZADA	RECOLHIDA		DATA DO VENCIMENTO	DATA DO REPASSE
					PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro								
Fevereiro								
Março								
Abril								
Mai								
Junho								
Julho								
Agosto								
Setembro								
Outubro								
Novembro								
Dezembro								
13º Salário								
TOTAL								

NOTAS: vide Notas 8 a 14 no ANEXO XXV.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam?codigo_documento=5b5f6c1d-7466-484c-a391-e04a91666a26

ANEXO XII DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS EM MOEDA CORRENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
(POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO)

Em R\$

Segmento de Aplicação	Tipo de Ativo	Resolução CMN n. 4.963/2021 Limite máximo (%)	Política de Investimentos			Valor Aplicado (R\$)	Percentual Aplicado
			Limite mínimo (%)	Limite máximo (%)	Estratégia-alvo (%)		

NOTAS: vide Notas 15 a 22 no ANEXO XXV.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 299, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

ANEXO XIII
CONSORCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DA MATA SUL PERNAMBUCANA – CONSUL

EXERCÍCIO DE 2025

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS

ANEXO XIII – A
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA ²	CONTABILIZADA	RECOLHIDA		DATA DO VENCIMENTO ⁵	DATA DO REPASSE ⁶
COMPETÊNCIA	VALOR ¹			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	132.295,73	12.188,12	12.188,12	12.188,12		20/02/2025	20/02/2025
Fevereiro	111.954,03	10.486,21	10.486,21	10.486,21		20/03/2025	20/03/2025
Março	112.134,40	10.214,08	10.214,08	10.214,08		20/04/2025	16/04/2025 - 27/05/2025
Abril	65.322,09	6.735,02	6.735,02	6.735,02		20/05/2025	20/05/2025
Maiο	96.141,82	9.160,80	9.160,80	9.160,80		20/06/2025	18/06/2025
Junho	60.061,20	6.232,04	6.232,04	6.232,04		20/07/2025	16/07/2025
Julho	80.775,83	8.087,42	8.087,42	8.087,42		20/08/2025	19/08/2025
Agosto	64.481,20	6.660,42	6.660,42	6.660,42		20/09/2025	18/09/2025
Setembro	66.214,53	6.903,09	6.903,09	6.903,09		20/10/2025	20/10/2025
Outubro	64.481,20	6.660,42	6.660,42	6.660,42		20/11/2025	19/11/2025
Novembro	64.481,20	6.660,42	6.660,42	6.660,42		20/12/2025	19/12/2025
Dezembro	65.131,20	6.660,42	6.660,42	6.660,42		20/01/2026	20/01/2025 - 22/01/2025
13.º Salário	56.410,10	5.686,40	5.686,40	5.686,40		20/12/2025	19/12/2025
TOTAL	1.039.884,53	102.334,86	102.334,86	102.334,86	-		



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

RESOLUÇÃO TC Nº 299, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2025

ANEXO XIII – B

CONTRIBUIÇÃO DO CONSORCIO PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS DA MATA SUL PERNAMBUCANA – COMSUL (RGPS)

BASE DE CÁLCULO		DEVIDA ²	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE ³	RECOLHIDA		DATA DO VENCIMENTO ⁵	DATA DO REPASSE
COMPETÊNCIA	VALOR ¹				PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro	132.295,73	29.925,27	29.925,27	-	29.925,27		20/02/2025	20/02/2025
Fevereiro	111.954,03	23.510,32	23.510,32	-	23.510,32		20/03/2025	20/03/2025
Março	112.134,40	23.548,22	23.548,22	-	23.548,22	50,04	20/04/2025	16/04/2025 - 27/05/2025
Abril	65.322,09	13.717,62	13.717,62	-	13.717,62		20/05/2025	20/05/2025
Maiο	96.141,82	20.189,71	20.189,71	-	20.189,71		20/06/2025	18/06/2025
Junho	60.061,20	12.612,85	12.612,85	-	12.612,85		20/07/2025	16/07/2025
Julho	80.775,83	16.962,92	16.962,92	-	16.962,92		20/08/2025	19/08/2025
Agosto	64.481,20	13.541,05	13.541,05	-	13.541,05		20/09/2025	18/09/2025
Setembro	66.214,53	13.905,04	13.905,04		13.905,04		20/10/2025	20/10/2025
Outubro	64.481,20	13.541,05	13.541,05	-	13.541,05		20/11/2025	19/11/2025 - 29/11/2025
Novembro	64.481,20	13.541,05	13.541,05	-	13.541,05		20/12/2025	19/12/2025
Dezembro	65.131,20	13.677,55	13.677,55	-	13.677,55		20/01/2026	20/01/2025 - 22/01/2025
13.º Salário	56.410,10	11.846,10	11.846,10	-	11.846,10		20/12/2025	19/12/2025
TOTAL	1.039.884,53	220.518,75	220.518,75	-	220.518,75	50,04		



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XIV RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO

Programa/Ações/ Subação	Dotação autorizada	Despesa liquidada	% C/B	Produto	Meta física prevista	Meta física realizada	Comentários	Indicador do programa
1. Número e nome do Programa na LOA (*)								
1.1 Ação/Subação								
1.2 Ação/Subação								
1.3 Ação/Subação								
1.4 Ação/Subação								
2.								
2.1								
2.2								

(*) Discriminar apenas os programas que tem meta prioritária.

NOTAS: vide Notas 29 a 37 no ANEXO XXV.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-e64a9f666a26

ANEXO XV DEMONSTRATIVO DE **DESPESAS COM EVENTOS COMEMORATIVOS DE CARNAVAL, FESTAS RELIGIOSAS, EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, SÃO JOÃO, SÃO PEDRO, MICARETA, CAVALGADA, NATAL, RÉVEILLON E OUTRAS** TRADIÇÕES CULTURAIS REALIZADAS PELA PREFEITURA OU COM SUA CONTRAPARTIDA

Em R\$

Nome da festa	Período	Modalidade e número dos procedimentos licitatórios	Número das notas de empenho	Credores	Valor gasto pela prefeitura com recursos próprios	Valor gasto pela prefeitura com recursos recebidos de transferências	
						De órgãos públicos	Da iniciativa privada
TOTAL							



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XVI DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS **DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES** EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº:			
Processo TC nº:			

NOTAS: vide Notas 38 a 41 no ANEXO XXV.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS
ANEXO XVII REQUISITOS MÍNIMOS DAS NOTAS EXPLICATIVAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/etpp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a331-eb4d91666a26

TODOS OS DOCUMENTOS	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Devem conter as seguintes informações gerais: a. Nome do órgão ou entidade; b. Natureza jurídica do órgão ou entidade; c. Domicílio do órgão ou entidade; d. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade; e. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis; f. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo: i. os Poderes (Executivo e Legislativo); ii. a Administração pública, direta e indireta, incluindo fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes; iii. a relação dos órgãos e entidades da administração pública integrantes da consolidação.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Resumo das políticas contábeis significativas, por exemplo: a. Bases de mensuração utilizadas, por exemplo: custo histórico, valor realizável líquido, valor justo ou valor recuperável; b. Novas normas e políticas contábeis alteradas; c. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis: i. classificação de ativos; ii. constituição de provisões; iii. reconhecimento de variações patrimoniais; iv. transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos ou entidades.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Informações de suporte e detalhamento de itens apresentados nas demonstrações contábeis pela ordem em cada demonstração e cada rubrica sejam apresentadas.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Outras informações relevantes, por exemplo: a. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos; b. Divulgações não financeiras, tais como: os objetivos e políticas de gestão do risco financeiro do órgão ou entidade e pressupostos das estimativas; c. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações do órgão ou da entidade no futuro; d. Ajustes decorrentes de omissões e erros de registro.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://etcde.pe.gov.br/ep/validaDoc.seam> Código do documento: 5b51e1d-746-484c-8001-e18916651466

TODOS OS DOCUMENTOS

MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Devem ser apresentadas de forma sistemática com cada quadro ou item a que uma nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial, por exemplo.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever as informações relevantes sobre as transações de investimento e financiamento que não envolvem uso de caixa.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever os ajustes relacionados às retenções, se houver.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias em quadros complementares seguindo o modelo do Balanço Orçamentário aprovado pela STN, evidenciando: a. Para as receitas: Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Receita Realizada e o Saldo a Realizar; b. Para as despesas: Dotação Inicial, Dotação Atualizada, Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, Despesa Paga e Saldo da Dotação.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Detalhamento das despesas executadas por tipo de crédito (inicial, suplementar, especial e extraordinário) em quadro complementar, correspondente ao Anexo XVII desta Resolução:
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	A utilização do superávit financeiro e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data publicação da LOA, que compõem a coluna previsão inicial da receita orçamentária.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Detalhamento de recursos de exercícios anteriores utilizados para financiar despesas orçamentárias do exercício corrente, destacando-se os recursos vinculados ao RPPS e outros com destinação vinculada.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	O superávit ou déficit orçamentário decorrente do RPPS – caso o ente possua o Regime Próprio de Previdência Social.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppv/validaDoc.shtm> Código do documento: 5b51ae1d-7466-484c-a391-e84491666a26

BALANÇO FINANCEIRO	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Eventuais ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o Balanço Financeiro.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	O detalhamento das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos.

BALANÇO PATRIMONIAL	
NBC T SP 16.5	Ajustes decorrentes de omissões e erros de anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis, se houver.
NBC T SP 16.10 e MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Ativos imobilizados obtidos a título gratuito, se houver (descrever critério de avaliação ou impossibilidade de mensuração):
	Caso haja transferências de ativos, descrever se foi atribuído o valor contábil líquido constante nos registros da entidade de origem.
NBC T SP 16.10	Ativos intangíveis obtidos a título gratuito, se houver (descrever critério de mensuração ou impossibilidade de mensuração)
NBC T SP 16.7	Justificativa para a existência de componentes patrimoniais avaliados por critérios distintos.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Deverão ser detalhadas as seguintes contas sintéticas não detalhadas no quadro principal: a. Créditos a Curto Prazo e a Longo Prazo; b. Imobilizado; c. Intangível; d. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a curto prazo e a longo prazo; e. Provisões a curto prazo e a longo prazo; f. Demais elementos patrimoniais, quando relevante.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever ajustes decorrentes de omissões e erros em anos anteriores ou de mudanças de critérios contábeis.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Detalhamento dos montantes expostos nas demonstrações para ajustes, depreciações, amortizações e exaustões: a. Critérios adotados, informando se foram utilizadas taxas diferentes em função das características dos bens; b. Eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento de inservibilidade de bens, no caso de perdas.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Divulgar a relação entre as provisões e passivos contingentes que surgiram de um mesmo conjunto de circunstâncias



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://etcc.tce.pe.gov.br/epp/validaDocumento> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-e04a91666a26

BALANÇO PATRIMONIAL	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	No caso de perdas da Dívida Ativa, divulgar a metodologia utilizada e a memória de cálculo
NBC T SP 03 – Item 97 e 98	Para cada tipo/classe de provisão, apresentar: a. valor contábil no início e no final do período; b. provisões adicionais realizadas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; c. valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; d. valores não utilizados revertidos durante o período; e. aumento no período do valor descontado decorrente do transcurso do tempo e os efeitos de qualquer alteração na taxa de desconto; f. breve descrição da natureza da obrigação e do prazo esperado para qualquer saída resultante de benefícios econômicos ou potenciais de serviços; g. indicativo das incertezas relacionadas ao valor ou prazo dessas saídas; h. valores de algum reembolso previsto, apresentando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido na forma do reembolso.
NBC T SP 03 – Item 100	A menos que a possibilidade de qualquer saída para a liquidação seja remota, a entidade deve divulgar, para cada tipo/classe de passivo contingente: a. breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando aplicável: i. uma estimativa de seus efeitos financeiros; ii. uma indicação das incertezas em relação ao valor ou à periodicidade de saída; iii. a possibilidade de algum reembolso.
NBC T SP 04 – Item 47	Em relação aos estoques, divulgar: a. políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo critérios de valoração utilizados; b. valor total contabilizado em estoques e o valor classificado em outras contas específicas da entidade; c. valor de estoques contabilizados pelo valor justo menos as despesas de venda; d. valor de estoques reconhecido como despesa durante o período; e. valor de qualquer redução de estoques reconhecido como despesa no resultado do período, de acordo com o item 42; f. valor de qualquer reversão de redução do valor dos estoques reconhecido no resultado do período, de acordo com o item 42; g. circunstâncias ou acontecimentos que conduziram à reversão da redução de estoques, de acordo com o item 42; h. valor contabilizado de estoques dados como garantia a passivos.
Art. 8º e Art. 50 da Lei Complementar nº101/2000 (LRF)	Apresentar a disponibilidade de caixa detalhada, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://etcd.tribe-pe.gov.br/ep/validaDoc.ssam> Código do documento: 5b5fae1d-7486-484c-a391-e4da91666a26

BALANÇO PATRIMONIAL	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	No caso de entes que possuem RPPS, apresentar e contextualizar a memória de cálculo da provisão matemática previdenciária, inclusive informações complementares quando na ocorrência de aportes a déficit atuarial.
NBC T SP – 01 – Item 106	Se for o caso, apresentar: a. montante dos passivos reconhecidos referentes aos ativos transferidos sujeitos a condições; b. montante dos passivos reconhecido em relação aos empréstimos subsidiados que está sujeito a condições sobre os ativos transferidos; c. montante dos ativos reconhecido que estão sujeitos a restrições e a natureza de tais restrições; d. existência e os montantes de quaisquer recebimentos antecipados em relação às transações sem contraprestação; e. montante de quaisquer passivos perdoados.
NBC T SP – 01 – Item 107	Se for o caso, apresentar: a. a natureza e o tipo das principais classes de heranças, presentes e doações, demonstrando separadamente as principais classes de bens em espécie recebidos.
NBC T SP 03 – Item 105	Se a entrada de benefícios econômicos ou potencial de serviços for provável, a entidade deve evidenciar breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data das demonstrações contábeis e, quando aplicável, uma estimativa de seu efeito financeiro.
NBC T SP 03 – Item 103	No caso de uso de avaliação externa para mensurar provisões, apresentar informação relacionada à avaliação.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	No caso de <i>Impairment</i> , apresentar: a. eventos e as circunstâncias que levaram ao reconhecimento ou reversão da perda por desvalorização; b. valor da perda por desvalorização reconhecida ou revertida; c. se o valor recuperável é seu valor líquido de venda ou seu valor em uso; d. se o valor recuperável for o valor líquido de venda (valor de venda menos despesas diretas e incrementais necessárias à venda), a base usada para determinar o valor líquido de venda (por exemplo: se o valor foi determinado por referência a um mercado ativo); e. se o valor recuperável for o valor em uso, a(s) taxa(s) de desconto usada(s) na estimativa atual e na estimativa anterior; f. para um ativo individual, a natureza do ativo.
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Itens mais relevantes que compõem as VPA e VPD
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 (Repasse a maior ou a menor do FPM).



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCAL VES DE LIMA, THIAGO GONCAL VES DE LIMA
Acesse em: <https://etcde.pe.gov.br/app/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4da91666a26

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Circunstâncias que devem ser apresentadas ainda que seus valores não sejam relevantes: a. redução a valor recuperável no ativo imobilizado; b. baixas de investimento; c. constituição ou reversão de provisões.
Art. 104 da Lei nº 4.320/64 e Art. 4º da Lei Estadual nº 12.600/2004	Variações Patrimoniais Qualitativas decorrentes da execução orçamentária do exercício atual e anterior: a. Incorporação de ativo: i. aquisição de estoques; ii. aquisição de bens móveis; iii. construção e aquisição de bens imóveis; iv. aquisição de títulos e valores; v. concessão de Empréstimos; vi. outras incorporações de ativos. b. Desincorporação de passivo: i. amortização da Dívida Pública; ii. amortização de Precatórios; iii. outras desincorporações de passivos. c. Incorporação de passivo: i. tomada de empréstimos; ii. outras incorporações de passivos. d. Desincorporação de ativos: i. cobrança da dívida ativa; ii. alienação de estoques; iii. alienação de bens móveis; iv. alienação de bens imóveis; v. alienação de títulos e valores; vi. recebimento de empréstimos; vii. outras desincorporações de ativos.
NBC T SP 01 – Item 106	Montante de recebíveis reconhecidos em relação à receita sem contraprestação.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever os itens que compõem os fluxos de caixa mais relevantes
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou controle cambial, por exemplo.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever as informações relevantes sobre as transações de investimento e financiamento que não envolvam o uso de caixa.
MCASP vigente no exercício a que se refere a prestação de contas	Descrever os ajustes relacionados às retenções, se houver.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XVIII DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE (60)

Títulos	Saldo Anterior	Movimentação no período					Saldo para o exercício seguinte
		Inscrição	Baixa		Transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para em liquidação ou liquidado		
			Pagamento	Cancelamento	Inscrição	Baixa	
Restos a pagar (Subtotal)							
Processados							
20x1...							
20x2...							
20xx...							
Subtotal dos RPP							
Não processados							
20x1...							
20x2...							
20xx...							
Subtotal dos RPNP							
Depósitos (Subtotal)							
Cauções							
Consignações							
(...)							
Outros Depósitos							
Total							

NOTAS: vide Nota 42 no ANEXO XXV.



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCAL VES DE LIMA, THIAGO GONCAL VES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-e4da91666a26



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCAL VES DE LIMA, THIAGO GONCAL VES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4da9f666a26



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCAL VES DE LIMA, THIAGO GONCAL VES DE LIMA
Acesse em: <https://etc.ce.gov.br/ep/validaDoc.aspx?CodigoDoDocumento=5b5fae1d-7466-484c-a391-e4d491666a26>

ANEXO XIX RELAÇÃO DAS **TRANSFERÊNCIAS** MEDIANTE **PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**

Tipo de Parceria	Nº/Ano	Período de vigência	OSC		Parceiro Público	Objeto	Valor pactuado	Repasses financeiros		
			Razão Social	CNPJ				Nº OB	Data do Pagamento	Valor

NOTAS: vide Notas 43 a 52 no ANEXO XXV.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCAL VES DE LIMA, THIAGO GONCAL VES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-e64da91666a26

ANEXO XX RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONTRATO DE GESTÃO PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Contrato de Gestão nº/ano	Período de vigência	Organização Social				Parceiro público	Objeto	Valor pactuado total	Valor repassado acumulado	Valores dos repasses financeiros no exercício			Valor aplicado pela OS no exercício	Transparência
		Nome	CNPJ	Nº/Ano do Decreto Estadual	Prazo de vigência da qualificação					Nº OB	Datas de pagamento	Valor		

NADA CONSTA

NOTAS: vide Notas 53 a 62 no ANEXO XXV.



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCAL VES DE LIMA, THIAGO GONCAL VES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4da9f666a26



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XXI DEMONSTRATIVO DOS MONTANTES RECEBIDOS E PAGOS A TÍTULO DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO RPPS

Mês	Valor Recebido (R\$)		Valor Pago (R\$)	
	Fundo Financeiro	Fundo Previdenciário	Fundo Financeiro	Fundo Previdenciário
Janeiro				
Fevereiro				
Março				
Abril				
Maio				
Junho				
Julho				
Agosto				
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCAL VES DE LIMA, THIAGO GONCAL VES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4da9f666a26



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XXII RELAÇÃO DAS CONTAS BANCÁRIAS

Banco	Agência	Conta Corrente	Conta Aplicação	Finalidade	Saldo do Razão (A)	Saldo Bancário (B)	Diferença de Salário (C=A-B)
001 - BRASIL	2529-1	27.100-4	27.100-4	RATEIO	412.889,53	318.036,63	94.852,90
001 - BRASIL	2529-1	27.861-0	27.861-0	NIS	23.387,80	23.387,80	0,00
001 - BRASIL	2529-1	32.471-X	32.471-X	ATERRO	122.892,49	115.650,88	7.241,61
001 - BRASIL	2529-1	33.651-3	33.651-3	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.224,00	2.224,00	0,00
001 - BRASIL	2529-1	35.682-4	35.682-4	NIS	80,23	80,23	0,00
001 - BRASIL	2529-1	45.103-7	45.103-7	ATERRO SANITÁRIO (CONVÊNIO)	940.140,18	940.140,18	0,00
104 - CAIXA	0475-3	275-6	275-6	POSTOS DE SAÚDE	61,52	61,52	0,00
						TOTAL	102.094,51

NOTAS: vide Notas 63 a 71 no ANEXO XXV.



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://etc.ce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a331-e84a91666a26



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XXIII DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Nº TCE	Razão Social/nome dos responsáveis	CNPJ/CPF dos responsáveis	Especificação do objeto da TCE	Valor original do dano	Data do conhecimento do fato / inadimplência PC	Data da instauração	Data da conclusão	Situação do TCE
			NADA CONSTA					

NOTAS: vide Notas 72 a 80 no ANEXO XXV.





ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

ANEXO XXIV RELAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIOS
(TABELAS 1 E 2)

TABELA 01 - TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS MEDIANTE CONVÊNIOS

Convênio nº / ano	Conveniente (113)		Data da Celebração	Valor Total Previsto		Objeto	Parcelas Liberadas					
	Nome	CNPJ		Concedente	Conveniente (contrapartida)		Nº	Data	Valor	Data Final	Data PC	Situação do Parcela
				NADA CONSTA								

NOTAS: vide Notas 81 a 92 no ANEXO XXV.



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCALVES DE LIMA, THIAGO GONCALVES DE LIMA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ppp/validaDoc/seam?codigoDoDocumento=5b5fae1d-7466-484c-a391-e04da91666a26>



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS



Documento Assinado Digitalmente por: THIAGO GONCAL VES DE LIMA
Acesse em: <https://etc.te.pb.gov.br/pev4491666a26>
Assinado em: 2024/08/26 10:44:26
Código do documento: 5b5fae1d-7466-484c-a391-eb4a91666a26

TABELA 02 - TRANSFERÊNCIAS REALIZADAS MEDIANTE CONVÊNIOS

Convênio nº / ano	Concedente (113)		Data da Celebração	Valor Total Previsto		Objeto	Parcelas Liberadas					
	Nome	CNPJ		Concedente	Conveniente (contrapartida)		Nº	Data	Valor	Data Final	Data PC	Situação d Parcela

NADA CONSTA

NOTAS: vide Notas 93 a 104 no ANEXO XXV.



ANEXO XXV NOTAS DOS ANEXOS

ANEXOS II a X

Nota 1: Os demonstrativos deverão ser elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União, observando-se as seguintes ressalvas:

- a. As receitas e despesas orçamentárias deverão ser evidenciadas nas demonstrações contábeis pelos seus valores brutos;
- b. As deduções da receita orçamentária deverão ser evidenciadas nas demonstrações contábeis pelo seu valor total e detalhadas em notas explicativas, conforme o tipo de classificação adotada em cada demonstrativo a que se refere o detalhamento;
- c. O Quadro principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Os ativos e passivos serão apresentados em níveis sintéticos (3º ou 4º nível) e um maior detalhamento deverá constar em quadros complementares das notas explicativas;
- d. A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP deverão ser apresentadas segundo o modelo analítico do MCASP (3º nível de detalhamento do PCASP);
- e. A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC deve ser composta por:
 - I. Quadro Principal;
 - II. Quadro de Receitas Derivadas e Originárias;
 - III. Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas;
 - IV. Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função;
 - V. Quadro de Juros e Encargos da Dívida."

Nota 2: As Notas Explicativas serão partes integrantes de cada demonstrativo contábil da prestação de contas e devem ser apresentadas de forma sistemática, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) vigente para o exercício.

Nota 3: "Para a Prefeitura, identificar as contas de depósito:

- a. Na função saúde:
 - 1 – dos recursos próprios;
 - 2 – dos recursos do Sistema Único de Saúde – SUS;
 - 3 – dos demais recursos.
- b. Na função educação:
 - 1 – dos recursos próprios repassados com periodicidade decenal;
 - 2 – dos recursos do FUNDEB;
 - 3 – dos demais recursos."

Nota 4: "A Demonstração da Dívida Flutuante deverá ser elaborada de forma sintética, correspondente ao Anexo XIV desta Resolução, sendo o seu detalhamento efetuado em quadros complementares com notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa:

- a. Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo deverão obedecer ao disposto no art. 36 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- b. Valores empenhados e pagos no próprio exercício não deverão constar deste demonstrativo nem serão computados como restos a pagar;
- c. Os valores dos Depósitos (consignações, cauções e outros depósitos)."

Nota 5: "Conforme arts. 1º, §2º, e 3º, § 2º, da Resolução TC nº 20/05, são exigidos os seguintes documentos:

- a. Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
- b. Demonstração de resultados do exercício;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das mutações do patrimônio social;
- e. Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente;
- f. Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;
- g. Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores;



Voltar ao

- h. Parecer e relatório de auditoria, se for o caso;
- i. Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira;
- j. Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem."

Nota 6: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo.

Nota 7: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.

Anexo XI-A, Anexo XI-B, Anexo XI-C

Nota 8: Conforme folha dos servidores vinculados ao RPPS.

Nota 9: Valor descontado em folha dos servidores (ativos, inativos, pensionistas), destinada ao custeio do RPPS.

Nota 10: Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses à unidade gestora do RPPS. Neste caso, em nota explicativa a este demonstrativo, devem ser listados os benefícios pagos diretamente pela entidade e seus respectivos valores.

Nota 11: Valor repassado à unidade gestora do RPPS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).

Nota 12: Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias ao RPPS, prevista na legislação local.

Nota 13: Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) à unidade gestora do RPPS; informar todas as datas, caso o repasse não tenha sido efetuado em parcela única.

Nota 14: Compromisso especial para suprir a existência de déficit, tempo de serviço passado ou demais finalidades não incluídas na contribuição normal, e a sua base de incidência.

Anexo XII

Nota 15: Segmento de aplicação: classificar os investimento do RPPS de acordo com seu segmento: renda fixa, renda variável, investimentos no exterior, investimentos estruturados, fundos imobiliários e empréstimos consignados.

Nota 16: Tipo de investimento: Relacionar os tipos de investimento realizados com a respectiva referência normativa. Exemplo: Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional (SELIC - Art. 7º, I, a); Fundo/Classe de Investimento 100% Títulos Públicos SELIC (Art. 7º, I, b); Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa (Geral - Art. 7º, III, a); Fundo/Classe de Investimento em Ações (Art. 8º, I).

Nota 17: Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)

Nota 18: Limite mínimo fixado na política de investimentos.

Nota 19: Limite máximo fixado na política de investimentos.

Nota 20: Percentual definido como estratégia-alvo na política de investimentos.

Nota 21: Valor Aplicado (R\$): Registrar, em Reais, o montante de recursos previdenciários aplicados em cada tipo de investimento.

Nota 22: Percentual aplicado: Registrar o valor percentual correspondente a cada tipo de investimento em relação ao total das disponibilidades em moeda corrente.

Anexo XIII-A, Anexo XIII-B

Nota 23: Conforme folha dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência.

Nota 24: Valor descontado em folha dos segurados, destinada ao custeio do Regime Geral de Previdência.

Nota 25: Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS.

Nota 26: Valor repassado ao INSS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora).



Nota 27: Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias à Receita Federal do Brasil, prevista na legislação do RGPS.

Nota 28: Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) ao INSS.

Anexo XIV

Nota 29: O nome dos programas, ações e subação (se houver) conforme a Lei Orçamentária Anual.

Nota 30: Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.

Nota 31: Total da despesa liquidada por programa e ações.

Nota 32: Percentual alcançado (C/B).

Nota 33: Produto em relação à meta física estipulada.

Nota 34: Resultado físico previsto.

Nota 35: Resultado físico alcançado.

Nota 36: Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).

Nota 37: Indicador previsto para medição do programa.

Anexo XVI

Nota 38: Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Nota 39: Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Nota 40: Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Nota 41: Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.

Anexo XVIII

Nota 42: "A Demonstração da Dívida Flutuante deverá ser elaborada de forma sintética, correspondente ao Anexo XXV desta Resolução, sendo o seu detalhamento efetuado em quadros complementares acompanhados de notas explicativas, onde cada quadro ou item a que a nota explicativa se aplique deverá ter referência cruzada com a respectiva nota explicativa:

Os valores dos restos a pagar informados neste demonstrativo deverão obedecer ao disposto no art. 36 da Lei nº 4.320/64;

Valores empenhados e pagos ou cancelados no próprio exercício não deverão constar deste demonstrativo nem serão computados como restos a pagar;

Os valores dos Depósitos (consignações, cauções e outros depósitos) serão lançados de forma sintética neste demonstrativo, sendo o seu detalhado em quadros complementares com cruzamento de referências, caso necessário."

Anexo XIX

Nota 43: Tipo de Parceria: informar se é Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação.

Nota 44: Nº/Ano: informar o número/ano da parceria ou aditivo.

Nota 45: Período de vigência: informar o período de vigência da parceria.



- Nota 46:** OSC: informar a razão social e o CNPJ da Organização da Sociedade Civil.
- Nota 47:** Parceiro público: informar o nome da unidade jurisdicionada responsável pela formalização da parceria.
- Nota 48:** Objeto: informar o objeto da parceria e do respectivo aditivo, se houver.
- Nota 49:** Valor pactuado: informar o valor pactuado na parceria/aditivo.
- Nota 50:** Nº OB: informar o número da Ordem Bancária – OB.
- Nota 51:** Data do pagamento: informar a data do pagamento da parceria.
- Nota 52:** Valor: informar o valor efetivamente repassado.

Anexo XX

- Nota 53:** Contrato de gestão nº/ano: informar o número/ano do contrato de gestão ou termo aditivo.
- Nota 54:** Período de vigência: informar o período de vigência do contrato de gestão.
- Nota 55:** Organização Social: informar o nome da Organização Social, o CNPJ da Organização Social, o número e ano do Decreto Estadual que qualifica a entidade como Organização Social ou que renova essa qualificação e o prazo de vigência da qualificação/renovação.
- Nota 56:** Parceiro público: informar o nome da unidade jurisdicionada responsável pela assinatura do termo.
- Nota 57:** Objeto: informar o objeto do contrato de gestão ou termo aditivo.
- Nota 58:** Valor pactuado total: informar o valor pactuado no contrato de gestão ou termo aditivo.
- Nota 59:** Valor repassado acumulado: informar o valor repassado à Organização Social, por meio desse contrato de gestão, desde o início da sua vigência até o encerramento do exercício da prestação de contas.
- Nota 60:** Valores dos repasses financeiros no exercício: informar os números das Ordens Bancárias (OB), as datas dos pagamentos e os valores dos repasses financeiros, realizados no exercício da prestação de contas, para a Organização Social.
- Nota 61:** Valor aplicado pela OS no exercício: valor total aplicado pela OS no exercício da prestação de contas.
- Nota 62:** Transparência: informar o endereço eletrônico dos sítios oficiais na internet onde estão disponíveis as informações sobre o contrato de gestão

Anexo XXII

- Nota 63:** Banco: informar o número do banco, conforme relação do Banco Central do Brasil.
- Nota 64:** Agência: informar o número da agência bancária.
- Nota 65:** Conta Corrente: informar o número da conta corrente bancária, conforme extrato bancário.
- Nota 66:** Conta Aplicação: informar o número da conta aplicação vinculada à conta corrente bancária, conforme extrato bancário.
- Nota 67:** Finalidade: informar, resumidamente, a finalidade da conta corrente bancária.
- Nota 68:** Saldo do Razão: informar o saldo do Razão referente ao último mês do exercício ou do período da gestão. Normalmente, o mês é dezembro do ano da prestação de contas, com posição no dia 31/12. O Saldo do Razão é o resultado da soma do saldo da conta corrente contábil registrada na contabilidade com os saldos das demais contas de aplicações financeiras vinculadas à respectiva conta corrente contábil. Caso exista conta bancária da entidade ativa, mas não registrada no Razão, informar saldo 0,00 (zero), fazendo constar Nota Explicativa sobre essa pendência.
- Nota 69:** Saldo bancário: informar o saldo do extrato bancário da conta corrente referente ao último mês do exercício ou do período da gestão. Normalmente, o mês é dezembro do ano da prestação de contas, com posição no dia 31/12. O Saldo Bancário é o resultado da soma do saldo do extrato da conta corrente bancária com os saldos das demais contas de aplicações financeiras vinculadas à respectiva conta corrente bancária, de acordo com as informações fornecidas pela instituição financeira. Caso a conta bancária já tenha sido oficialmente encerrada, porém ainda esteja registrada no Razão, informar saldo 0,00 (zero), fazendo constar Nota Explicativa sobre essa pendência.
- Nota 70:** Diferença de Saldo (C=A-B): é o resultado da diferença dos valores entre “Saldo do Razão” e “Saldo Bancário”.
- Nota 71:** Total: Total é o somatório dos valores registrados na respectiva coluna (Saldo do Razão, Saldo Bancário e Diferença de Saldo).



Anexo XXIII

Nota 72: Nº da TCE: relacionar o número da Tomada de Contas Especial, em série anual.

Nota 73: Razão social/nome dos responsáveis: informar razão social ou nome completo dos responsáveis.

Nota 74: CNPJ/CPF dos responsáveis: informar CNPJ ou CPF dos responsáveis.

Nota 75: Especificação do objeto: informar o objeto da tomada de contas especial. No caso de convênio/contrato de gestão com Organização Social informar o respectivo número.

Nota 76: Valor original do dano: informar o valor original do dano.

Nota 77: Data do conhecimento do fato/inadimplência PC: informar a data limite fixada para a prestação de contas, ou a data do evento, quando conhecida, ou da data da ciência do fato pela administração.

Nota 78: Data da instauração: informar a data da instauração da tomada de contas especial.

Nota 79: Data da conclusão: informar a data da conclusão da tomada de contas especial.

Nota 80: Situação da TCE: informar a situação da TCE: se em fase de procedimento interno; em processo de instauração; em fase de apuração; concluso para relatório; encaminhada à SCGE; em diligência; aguardando pronunciamento da autoridade responsável, encaminhada ao TCE-PE ou arquivada.

Anexo XXIV

Nota 81: Convênio nº/ano: informar o número/ano do convênio ou termo aditivo.

Nota 82: Conveniente: informar o nome e CNPJ da entidade beneficiada com a transferência de recursos.

Nota 83: Data celebração: informar a data de celebração do convênio.

Nota 84: Valor total previsto - Concedente: informar o valor total previsto para transferência, da parte referente à unidade jurisdicionada (concedente).

Nota 85: Valor total previsto - Conveniente (contrapartida): informar o valor total previsto como contrapartida, da parte referente ao conveniente (beneficiário).

Nota 86: Objeto: informar o objeto do convênio original ou o objeto alterado/incluído pelo termo aditivo.

Nota 87: Nº da parcela liberada: informar o nº da parcela liberada do convênio original ou do termo aditivo.

Nota 88: Data da parcela liberada: informar a data de liberação da parcela do convênio original ou do termo aditivo.

Nota 89: Valor da parcela liberada: informar o valor liberado da parcela do convênio original ou do termo aditivo.

Nota 90: Data final da parcela liberada: informar a data final prevista para aplicação da parcela do convênio original ou do termo aditivo.

Nota 91: Data PC da parcela liberada: informar a data em que houve a prestação de contas da parcela do convênio original ou do termo aditivo.

Nota 92: Situação da parcela liberada: informar a situação da parcela do convênio original ou do termo aditivo, conforme a seguinte classificação: em execução, não prestado contas, em análise de prestação de contas, regular ou irregular.

Nota 93: Convênio nº/ano: informar o número/ano do convênio ou respectivo termo aditivo.

Nota 94: Concedente: informar o nome e CNPJ da entidade responsável pela transferência de recursos à unidade jurisdicionada.

Nota 95: Data celebração: informar a data de celebração do convênio.

Nota 96: Valor total previsto - Concedente: informar o valor total previsto para transferência, da parte referente ao concedente.

Nota 97: Valor total previsto - Conveniente (contrapartida): informar o valor total previsto como contrapartida, da parte referente à unidade jurisdicionada (conveniente).

Nota 98: Objeto: informar o objeto do convênio original ou o objeto alterado/incluído pelo termo aditivo.

Nota 99: Nº da parcela recebida: informar o nº da parcela recebida do convênio original ou do termo aditivo.

Nota 100: Data da parcela recebida: informar a data de recebimento da parcela do convênio original ou do termo aditivo.

Nota 101: Valor da parcela recebida: informar o valor recebido da parcela do convênio original ou do termo aditivo.

Nota 102: Data final da parcela recebida: informar a data final prevista para aplicação da parcela do convênio original ou do termo aditivo.



Nota 103: Data PC da parcela recebida: informar a data em que houve a prestação de contas da parcela do convênio original ou do termo aditivo.

Nota 104: Situação da parcela recebida: informar a situação da parcela do convênio original ou do termo aditivo, conforme a seguinte classificação: em execução, não prestado contas, em análise de prestação de contas, regular ou irregular.